

A MULHER NO TRABALHO, NA FAMÍLIA E NA UNIVERSIDADE¹

Belmira Magalhães²

Geice Silva³

Resumo

O artigo resulta de mais um projeto do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Condição Feminina, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Alagoas (ICS/UFAL) e do grupo Gênero e Emancipação Humana, do CNPQ. A pesquisa procura desvelar a situação da universitária no mercado de trabalho e explicitar as implicações que essa inserção acarreta para sua vida acadêmica/pessoal/familiar. Partimos do pressuposto teórico-metodológico que considera ser a reprodução dos seres humanos integrante de um sistema que inclui a produção e a reprodução da vida em geral, sendo uma condição da outra; perspectiva esta que mantém a centralidade do trabalho no debate sobre as relações de gênero, mostrando a importância de entrelaçar ao determinante outras variáveis explicativas. O perfil socioeconômico, profissional e acadêmico dessas mulheres/universitárias mostra que, em sua maioria, as estudantes da UFAL são solteiras, pardas, católicas e têm idade entre 21 e 25 anos. Parcela significativa das acadêmicas enfrenta dupla jornada de trabalho. A participação dessas mulheres na universidade e no mercado de trabalho acompanha as desigualdades resultantes da relação dominante/dominado, que marcam profundamente as relações de gênero no capitalismo.

Palavras-chave: Trabalho; Gênero; Família; Universidade.

THE WOMAN IN THE WORK PLACE, IN THE FAMILY AND IN THE UNIVERSITY

Abstract

The article results from one more project developed by the Group of Studies and Researches about the Female Condition, of the Social Sciences Institute of the Federal University of Alagoas. The research seeks to reveal the situation of the college woman in the labor market, trying to make clear the implications that this insertion brings to her academic/personal/familiar life. We begin the discussion by stating the theoretical-methodological presupposition that considers human

¹ Pesquisa financiada pelo CNPq/PIBIC.

² Professora do Curso de Mestrado em Sociologia e do Doutorado em Letras da Universidade Federal de Alagoas - UFAL. brcmagalhaes@gmail.com

³ Socióloga. geiceq@gmail.com

reproduction as a component of a system that includes the life production and the reproduction in general, one depending on the other. Such perspective reasserts the centrality of labor category in the debate about gender relations, showing how important it is to connect to the determinant factor, the other levels of explanations. The socioeconomic, professional and academic situation of these women/college women shows that, in the majority, these college women from UFAL are single, brown and catholic, ranging between 21 and 25 years old. A significant portion of the college women face a double work load. The participation of those women, at the same time, in the university and in the labor market, is paired with the inequality that results from the dominant/dominated relationship, which is deeply ingrained in the gender relations in capitalism.

Keywords: Labor; Gender; Family; University.

Introdução

Reportamo-nos aqui a uma sociologia que privilegia o antagonismo para compreender a realidade, desvelando-a a partir de sua gênese histórica. Nesse sentido, nas sociedades contemporâneas a relação antagonica *capital x trabalho* engendra as contradições sociais. Compreendemos que a abordagem de gênero, assim como demais variáveis, não escapa a essa contradição fundamental.

As análises em relação à questão de gênero sofrem uma bifurcação no período pós-década de sessenta do século passado. O movimento feminista começa centrado na questão da desigualdade na esfera do trabalho, mas com as mudanças sociais ocorridas, principalmente com a derrocada do chamado “socialismo real”, a ofensiva ideológica burguesa possibilita que abordagens plurimetodológicas passem a dominar as cenas das pesquisas nessa área a partir dos anos 1990. A questão de classe sofre uma re-significação, dando lugar às proclamações pós-modernas de fim do trabalho e da história.

As abordagens plurimetodológicas deslocam a ênfase na igualdade para a ênfase na diferença, de modo que as questões de classe, de gênero, de etnia etc. ganham o mesmo valor para a análise, subsumindo-se a questão da dominação de classe às outras questões. Passa-se da lógica do objeto para a lógica da subjetividade que conhece. O fato em si dá lugar à interpretação do fato como critério da verdade, ou seja, o mundo real passa a ser apenas o mundo da

linguagem, do discurso, das representações.

Contrariando tais proclamações, articularemos a categoria gênero ao conflito de classe, reconhecendo a determinação da segunda sobre a primeira, identificando como a questão da opressão de gênero se insere na totalidade que compreende o antagonismo da exploração do trabalho pelo capital.

A questão de classe, no nosso entendimento, é a questão fundante, pois posiciona homens e mulheres, de uma determinada forma, na produção, condicionando todas as outras relações. Assim, com a determinação que a categoria trabalho tem em Marx (1993), Engels (1975), Lukács (1997), procuramos situá-la no centro do debate de gênero, buscando simultaneamente mostrar a importância de entrelaçar ao determinante outras variáveis explicativas.

Partimos do pressuposto teórico e metodológico que considera ser a reprodução dos seres humanos integrante de um sistema que inclui a produção e a reprodução da vida em geral, sendo uma condição da outra.

A produção e a reprodução da vida humana têm uma dupla determinação: uma base natural ineliminável e uma ininterrupta transformação social de sua base; esta por sua vez, tem como elemento central o trabalho. É *no* e *pelo* trabalho que o humano se constitui enquanto tal, modifica o mundo e a si mesmo num constante pôr do novo, criando novas necessidades e possibilidades, complexificando cada vez mais a si próprio e a totalidade social (LUKÁCS, 1997).

Com tais pressupostos teórico-metodológicos nos propomos a desvelar a situação da mulher-universitária no mercado de trabalho e as implicações que essa inserção acarreta para sua vida acadêmica/pessoal/familiar, através da investigação do papel da universitária da UFAL, das suas dificuldades enquanto trabalhadoras-estudantes e enquanto mães-trabalhadoras-estudantes. Para tanto, relacionamos o tipo de atividade profissional com a atividade doméstica e o desempenho acadêmico, do ponto de vista da perda/trancamento de disciplinas. Avaliamos as relações de gênero na família e a qualidade de vida da estudante, e buscamos perceber, através dos discursos das mulheres, discriminações sofridas enquanto estudantes e/ou trabalhadoras.

Utilizamos uma metodologia que alia métodos quantitativos a qualitativos.

Aplicamos 622 questionários, representando 10% da população feminina do ano letivo de 2005, de todos os cursos, turnos e anos das Ciências Exatas e Tecnológicas, das Ciências da Saúde e das Ciências Humanas, da UFAL. Fizemos o cruzamento da variável *trabalho* com variáveis que permitiram desvelar a situação dessas mulheres-universitárias no mercado de trabalho e sua relação com o desempenho acadêmico e vida pessoal/familiar.

1. Historicidade da opressão nas relações de gênero

Como vimos, o olhar sobre como os indivíduos trabalham é fundamental para a compreensão de uma sociabilidade, e por conseguinte, das relações de gênero da mesma.

A instauração da propriedade privada (apropriação particular dos meios de produção) inaugura na história a subordinação das mulheres aos homens. Ao constituir-se o modo de produção baseado na exploração humana, põe-se na história a divisão da sociedade em classes sociais antagônicas, que fundamentará a subordinação da reprodução à produção, combinada à divisão sexual do trabalho.

Marx e Engels, em *A Ideologia Alemã*, assinalam:

Com a divisão do trabalho, na qual todas estas contradições estão dadas e que repousa, por sua vez, na divisão natural do trabalho na família e na separação da sociedade em diversas famílias opostas umas às outras, dá-se ao mesmo tempo a *distribuição*, e com efeito a distribuição *desigual*, tanto quantitativa como qualitativamente, do trabalho e de seus produtos; ou seja, a propriedade, que já tem seu núcleo, sua primeira forma, na família, onde a mulher e os filhos são escravos do marido. A escravidão na família, embora ainda tosca e latente, é a primeira propriedade, que aqui, aliás, já corresponde perfeitamente à definição dos economistas modernos, segundo a qual a propriedade é o poder de dispor da força de trabalho de outros. Além disso, divisão do trabalho e propriedade privada são expressões idênticas: a primeira enuncia em relação à atividade, aquilo que se enuncia na segunda em relação ao produto da atividade. (1993, p. 46)

Nesse sentido, como afirma Engels: “uma das idéias mais absurdas que nos transmitiu a filosofia do século XVIII é a de que na origem da sociedade a mulher foi escrava do homem” (1975, p. 50-51). As condições materiais, histórico-sociais, das comunidades primitivas, exigiam uma participação maior da mulher em certas tarefas (maternagem), contudo, não implicava hierarquia, pois o modo como

se produzia a vida naquela sociabilidade, através da propriedade coletiva e sem exploração do trabalho, proporcionava uma reprodução da vida sem quaisquer diferenciações sociais antagônicas.

As sociedades de classe constituirão uma divisão sexual do trabalho que relegará as mulheres ao âmbito privado, controlando sua força de trabalho e sua sexualidade para garantir filhos legítimos, “dignos do direito à herança”, e ao mesmo tempo, a produção e reprodução da força de trabalho. Produção e reprodução da força de trabalho significam: a produção de seres vivos aptos para o trabalho, e seres históricos aptos para determinado modo de produção.

Destarte, às mulheres é atribuída a responsabilidade pelo âmbito da reprodução.

Para cada forma de produzir será necessária uma forma de reprodução. Na verdade, a composição físico-biológica das mulheres facilita a decisão social de serem elas a parcela da população que deverá ter, como prioridade, a preocupação com a reprodução. Há uma necessidade econômico-social que não tem como objetivo primeiro afastar as mulheres do campo sociopolítico, mas garantir um tipo de reprodução biológica.

Essas afirmações pretendem desautorizar as conclusões que se referem ao patriarcalismo como algo inerente à natureza sexual humana, isto é, como se o poder dos homens sobre as mulheres fosse inerente às relações entre eles. Ao mesmo tempo, mostra que há uma relação de naturalização de um aspecto social que, efetivamente, se baseia na diversidade biológica entre homens e mulheres. (...) a reprodução social se utilizará ideologicamente desta divisão, determinando que as tarefas necessárias à manutenção do sistema serão executadas em espaços diferenciados: a reprodução biológica e cotidiana será realizada pela família no espaço da casa, e a reprodução econômica e legal será feita no espaço da rua, nas fábricas e órgãos públicos da administração e do poder. (MAGALHÃES, 2005, p.32-34)

Assim, a depender das relações de trabalho, constitui-se determinado tipo de família e as relações de gênero adequadas a cada realidade.

O Estado e a família associam-se como mecanismos de controle da força de trabalho da mulher, desenvolvendo o modo de reprodução social submetido à lógica da propriedade privada e à ideologia patriarcal, que buscará excluir a mulher do campo sócio-político.

A família é a única forma possível de buscar-se a base ontológica da exploração e dominação do sexo feminino em qualquer objetivação do modo de produção capitalista. É no núcleo familiar que se repassa inicialmente a ideologia

dominante de determinado período histórico, nesse sentido, a mulher também exerce papel primordial, pois lhe é atribuído o papel específico de cuidar dos filhos, educá-los etc.

Na estrutura familiar advinda do capitalismo, ocorre a reprodução social fundamentalmente necessária para o capital:

É na cotidianidade da vida familiar que se processa a socialização da força de trabalho, apta em todos os níveis de seu existir (corpóreo, psicológico etc.) para exercer a plenitude de sua realização enquanto criadora de valor na produção capitalista. (MAGALHÃES, 1997, p. 29).

A especificidade do capitalismo situa-se nas formas de subordinação da reprodução à produção, que se dão na extensão das práticas de dominação de uma classe sobre todo o conjunto social, na imbricação e coerência das relações sociais entre classes e gêneros (COMBES; HAICAULT; 1986).

A extensão da produção capitalista e a intervenção estatal no âmbito da reprodução contribuem para a acumulação de capital. Elas se mostram, principalmente, através da atividade gratuita no âmbito doméstico e da crescente superexploração das mulheres inseridas no trabalho assalariado.

Para tanto, a sexualidade e a capacidade reprodutiva da mulher são controladas “diretamente pelo Estado, e sua legislação sobre o casamento, a previdência social e outros mecanismos, incluindo os aparatos ideológicos, como a escola, a igreja, a justiça, os meios de comunicação” (TOLEDO, 2005, p. 52).

De modo que, embora cumprindo atividades externas à casa, a mulher é impedida de abandonar as tarefas domésticas, e mesmo que não as faça, é ela que deve garantir que sejam realizadas. Essa atividade segue sem custo adicional para o capital, garantindo a reprodução da força de trabalho e possibilitando uma exploração maior da mulher enquanto trabalhadora.

2. Mercado de trabalho e gênero

Entre 1985 e 1995 a força de trabalho feminina cresceu cerca de 12 milhões no Brasil, uma ampliação de 63% da sua participação, segundo pesquisa de Bruschini (2000). Isso representa uma das mais importantes transformações ocorridas no país desde a década de 1970. O contingente feminino é composto em

sua maioria por mulheres mais velhas e casadas, entretanto, junto às novas responsabilidades ainda têm de arcar com as responsabilidades ligadas à família como um todo.

Isso foi impulsionado grandemente por transformações demográficas, culturais e sociais que afetaram as mulheres, causando modificações no perfil da força de trabalho feminina. Segundo Bruschini (2000), no Brasil, houve uma intensa queda na fecundidade, principalmente nas cidades e regiões mais desenvolvidas. Alia-se a esse fato, ainda segundo a autora, que a expansão da escolaridade e o acesso às universidades viabilizaram novas oportunidades de trabalho. Tais modificações foram também facilitadas pelo impacto do movimento feminista da década de 1970, que proporcionou a atuação da mulher nos espaços públicos.

Entretanto, existem dificuldades que impedem que as mulheres se dediquem ao trabalho ou, frequentemente, causam algum transtorno ao seu desempenho, o que leva a construção ideológica de que elas são “trabalhadoras de segunda categoria”. Tais dificuldades referem-se ao fato de que as mulheres continuam sendo as principais responsáveis pelas atividades domésticas e cuidados com os filhos. “(...) a maternidade é (...) o que mais interfere no trabalho feminino quando os filhos são pequenos (...)” (BRUSCHINI, 2000). A falta de creches públicas é algo que contribui bastante para aumentar o peso da maternidade sobre a mãe.

O crescimento do trabalho das mulheres casadas e mães é fruto, por um lado, da pressão econômica, com o empobrecimento da classe média e a necessidade de arcar com os custos de educação e saúde, devido à precarização dos sistemas públicos de atendimento; por outro lado, é resultado também de um processo de modernização e mudança cultural observado no Brasil a partir da década de 1970 (fruto das lutas das mulheres), e junto a esse processo observa-se a expansão da escolaridade. Nos últimos 30 anos as mulheres têm aproveitado mais do que os homens a “explosão escolar e universitária” que marcou esse período (RICHARD, 2003).

O crescimento da escolaridade feminina é amplamente verificável nos países centrais e naqueles que constituem a periferia do capital – resguardadas as devidas proporções de qualidade vida, acesso à direitos etc. Dentre os países centrais, a França é o país que lidera a listagem daqueles que no final da década de

1980 demonstram os maiores níveis da taxa de escolaridade de mulheres entre 21 e 24 anos. Esse processo de aumento da escolaridade feminina entre os franceses se resume nos seguintes dados: entre 1945 e 1995, a obtenção de um diploma igual ou superior ao *baccalauréat* (qualificação acadêmica que estudantes europeus obtêm ao final ensino secundário para ingressar à educação superior), entre os 25-34 anos passou de 4% para 41% entre as mulheres e de 11% para 33% entre os homens. (RICHARD, 2003, p. 65-67)

No que diz respeito à periferia do capital, na América Latina, de acordo com dados recentes, o nível médio de instrução das mulheres é superior ao dos homens. Estas possuem, em média, nove anos de instrução, enquanto os homens possuem oito. Isso se traduziu em uma significativa presença feminina no grupo de profissionais e técnicos – mais de 50% nas zonas urbanas de muitos países, destacando-se Chile, Costa Rica, México e Venezuela. (ABRAMO, 2000, p. 115).

No final da década de 1980, o continente latino-americano apresentava, na maioria dos países, uma porcentagem de mulheres ocupadas, com treze e mais anos de estudo, superior à masculina; as diferenças variavam entre 1,2% (Paraguai) e 7,5% (Uruguai). (ABRAMO, 2000: 114-115 – citando VALDÉS & GOMÁRIZ, 1995).

No Brasil, segundo dados do IBGE e PNAD (1999), até a conclusão do ensino fundamental (oito anos de estudo) há o mesmo número de estudantes por sexo, mas a partir do ensino médio (nove a onze anos de estudo) as mulheres predominam. De modo que, em 1999, as mulheres representavam 58,5% dos concluintes do ensino médio, segundo o censo educacional do MEC/Inep. (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2003: 331-332). Esse dado é percebido também nas décadas de setenta e oitenta. Em 1978, as mulheres compunham 53,3% do ensino médio (BARROSO, 1982, p. 67).

Em 1990 no Brasil, as mulheres compunham 60% dos concluintes do nível superior; em 1997, 61%. De um modo geral, já em 1999, representavam 54,2% entre os que têm nível de instrução mais elevado. (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2003, p. 331-333)

Ainda segundo Bruschini e Lombardi (2003), pressões sociais e econômicas provocam o ingresso mais precoce dos rapazes no mercado de trabalho, em atividades incompatíveis com a continuidade dos estudos, outrossim,

citando Rosemberg, “a cultura escolar vigente em sociedades patriarcais como a brasileira exigiria das meninas, e não dos meninos, atitudes de dedicação aos estudos, obediência e bom comportamento, favoráveis à permanência na escola” (2003: 332). Nesse sentido, “a sexualização das ocupações é um processo que se forma ainda nos bancos escolares, com efeitos perversos sobre a inserção feminina posterior no mercado de trabalho” (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2003, p. 335).

3. Resultados e discussão

A relação entre a escolaridade e a participação das mulheres no mercado de trabalho é intensa. Parcela significativa das mulheres-universitárias que entrevistamos exerce alguma atividade profissional (54% das estudantes da área das Ciências Exatas e Tecnológicas; 31, 40% das Ciências da Saúde; 56, 10% das Ciências Humanas). A maioria declarou ser solteira, parda, católica e ter idade entre 21 e 25 anos.

Segundo Bruschini (2000), as principais mudanças na participação das mulheres no mercado de trabalho vêm ocorrendo nas ocupações técnicas, científicas, artísticas e assemelhadas. Dentre tais ocupações, a autora ressalta as seguintes: a arquitetura e a odontologia (170% de aumento do percentual feminino), a medicina (137%) e o jornalismo (146%). Nas ocupações jurídicas houve o maior aumento no período pesquisado. Tais mudanças demonstram que atividades de grande prestígio têm presença feminina. Nesse processo, vale citar os cargos de gerência e chefia nas empresas, bem como de proprietárias, com um aumento da ordem de 218%. Mas, paralelamente às mudanças, os “guetos femininos” permanecem, tais como a assistência social e a enfermagem.

Segundo dados trazidos por Abramo (2000), em 1990, no Brasil, metade das mulheres trabalhadoras se concentravam em seis ocupações: empregadas domésticas, balconistas, vendedoras ou comerciantes por conta própria, costureiras, professoras do ensino fundamental e empregadas em funções administrativas. E, considerando apenas o setor formal da economia, 54% das mulheres se concentravam em treze ocupações: professoras do ensino fundamental e médio,

enfermeiras, funcionárias públicas de nível universitário, auxiliar de escritório, agente administrativo, auxiliar de contabilidade ou caixa, secretária, recepcionista, vendedora, trabalhadora em conservação de edifícios, cozinheira e costureira.

Em nossa pesquisa, verificamos uma certa segregação ocupacional a partir da própria diferença quantitativa da presença feminina nas áreas de conhecimento. A área das Ciências Exatas e Tecnológicas comporta o menor número de mulheres. As Ciências da Saúde, e principalmente as Ciências Humanas, constituem verdadeiros *loci* da concentração feminina por área de conhecimento/atividade profissional.

A maioria das mulheres-universitárias que entrevistamos exerce atividade profissional na área de serviços e atividades de cunho relacional. Na área das Ciências Exatas e Tecnológicas, há significativa diferença entre a área de qualificação e a área de trabalho em que as mulheres estão inseridas, pois 31% das estudantes ocupam cargos que não necessitam do nível de instrução já alcançado, e que estão aquém das formações às quais estão se dedicando – como nos cursos de Ciência da Computação e Matemática, nos quais encontramos estudantes em ocupações tais como: balconistas, caixas de supermercado, auxiliares em recursos humanos e *office girl*, isto é, todas compõem o setor de serviços.

Na área das Ciências da Saúde, embora em menor percentual, também há mulheres ocupadas como auxiliares de serviços diversos, secretárias e agentes administrativas (16%). Podemos inferir que há uma dificuldade maior das mulheres em conseguir estágios nas áreas tradicionalmente destinadas ao masculino, pois só 17% das estudantes da área tecnológica e 40% da área da saúde, declararam participar de estágios. Sem conseguir estágios essas estudantes acabam sendo absorvidas pelo setor de serviços em atividades precarizadas (característica da maior parte desse setor). Ocorre, assim, que em não raros casos as mulheres são super-qualificadas para as atividades que ocupam.

Como discute Baudelot,

Melhores que os homens no ensino fundamental e no médio, as mulheres estão maciçamente ausentes das carreiras científicas do ensino superior. Saindo da esfera privada do lar para entrar, integralmente, no espaço público dos ofícios e das profissões, elas são predominantemente

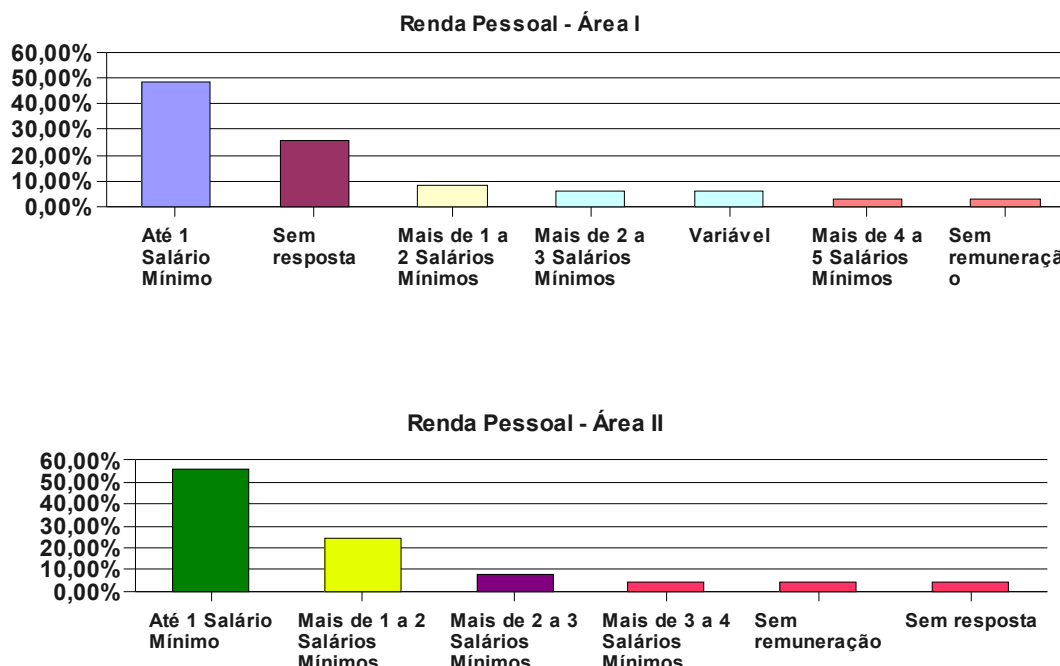
designadas para as funções da reprodução (escola, saúde), da conservação de empresas e escritórios (limpeza, hotelaria e funções de secretariado, a “governante do escritório!”), da relação (vendedoras, caixas e mais geralmente empregos terciários). Quando chegam à indústria, é em atividades socializadas dos trabalhos de agulha, da costura ou da cozinha: têxteis, couro e pele, conexão de cabos na informática, agro-alimentar. (2003, p. 316)

Nesse sentido, a melhora no nível de qualificação não se traduziu por uma melhora equivalente da posição das mulheres no mercado de trabalho. Como argumenta Anne Richard (2003), isso se explica pelo fato de o aumento da formação das mulheres ocorrer dentro dos limites do caráter sexuado das carreiras. A segmentação dos estudos e dos empregos segundo o sexo é hierarquizada, pois os empregos ditos femininos oferecem menos oportunidades de carreira e remuneração inferior. A mobilidade profissional das mulheres é bastante difícil, assim como a valorização de seus diplomas. “Três pontos de resistência à mudança parecem centrais: a técnica ainda se conjuga no masculino, assim como a autoridade, e os serviços, já bastante feminizados, concentram a maior parte dos novos empregos femininos.” (RICHARD, 2003, 63).

Como argumenta Toledo (2005), a segregação ocupacional reserva mais à mulher do que ao homem os trabalhos precarizados, secundários, informais, com menos direitos trabalhistas, impondo salários mais baixos, menos poder de decisão, menos treinamento e menos intimidade com a tecnologia em geral.

O aumento do nível de instrução, portanto, é acompanhado por essas características. Constatamos que essas mulheres sofrem opressão de gênero na universidade, principalmente nos cursos da área das Ciências Exatas e Tecnológicas. No exercício de atividade profissional, verificamos problemas relativos à desvalorização como profissional, com dificuldade de ascensão a postos de chefia e recebimento de salários mais baixos que os dos homens.

No tocante à problemática do assalariamento, constatamos que cerca de 63% das mulheres da área das Ciências Exatas e Tecnológicas e 88% das Ciências da Saúde recebem até 3 salários mínimos, e destes percentuais, cerca de 50% recebem até 1 salário mínimo, como indicam os gráficos abaixo.



Como já ressaltamos, a desqualificação da ocupação está associada a salários baixos, pois a parcela de estudantes dessas duas áreas, que constituem os setores do mercado que pagam maiores salários, recebem até três salários mínimos, isto é insignificante quando comparado com a maioria que se restringe ao recebimento de salário dedicado às profissões sem nenhuma qualificação. Por esse motivo a desigualdade salarial está entre os principais problemas elencados pelas mulheres-universitárias no âmbito do trabalho, pois elas percebem que seus colegas recebem mais. Assim apontam, nas declarações acerca dos principais problemas enfrentados, enquanto mulheres, no âmbito do trabalho:

“Discriminação com relação a salários e cargos.”

“A desigualdade salarial.”

“Preconceitos e salários.”

Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), entre 1991-1996 no Brasil, o rendimento recebido pelas mulheres em trabalhos não-agrícolas correspondia a 72% do recebido pelos homens; na França, correspondia a 81% e no Japão a 62% (BRUSCINI; LOMBARDI, 2003, 350).

Nesse sentido, a discriminação de gênero vai para além, portanto, do preconceito no cotidiano do trabalho, acarreta em salários mais baixos, ou seja, tem efetivamente utilidade muito precisa: o rebaixamento de salários terá como resultado imediato mais lucratividade para a empresa, precarizando a força de trabalho da mulher, algo convencionado por se tratar de um grupamento social discriminado. Isto recai num prejuízo para o conjunto da classe trabalhadora. A perspectiva do trabalho perde, o capital ganha. A opressão da mulher prejudica, pois, também ao homem, aprofundando as relações do sistema do capital – ao qual não basta impor a divisão social hierárquica do trabalho, esta precisa ser apresentada como justificativa ideológica inquestionável, como assevera Mészáros (2002), assim, naturaliza-se aquilo que é construído historicamente.

Embora mudanças significativas estejam sendo impulsionadas pelo aumento do nível de instrução das mulheres, possibilitando em larga medida o crescimento da participação feminina no mercado de trabalho, as mulheres continuam concentradas em atividades do setor de serviços e nas atividades informais, estas por sua vez, são lideradas pela atividade doméstica, que continua sendo considerada como inatividade econômica. Observa-se, portanto, que para se inserir no mercado de trabalho as mulheres precisam ter maiores níveis de escolaridade do que os homens, ou seja, quanto menor o nível de instrução, mais dificuldades, especialmente, para as mulheres conseguirem emprego.

Os dados da pesquisa também sinalizaram relevante exercício de dupla jornada de trabalho associado a um desempenho acadêmico prejudicado, motivado pela dificuldade de conciliação das atividades.

(...) a responsabilidade com os cuidados dos filhos não é repassada nem quando a família faz uso de creches e outros mecanismos, pois admitir que as tarefas de reprodução cotidiana não são eminentemente femininas seria considerá-las desvinculadas da natureza da mulher, o que proporcionaria um rompimento com a construção simbólica que, desde a Antiguidade, afirma ser as funções do útero e da amamentação os únicos determinantes do lugar social feminino. Paralelamente, essa aceitação significaria a necessidade de viabilizar o trabalho doméstico e de computá-lo como horas gastas na manutenção da reprodução do sistema, o que acarretaria grandes perdas para a lógica do capital. (MAGALHÃES, 2005, p. 35)

Através do cruzamento de variáveis, constatamos que as motivações de

reprovação e trancamento de curso/disciplina referem-se principalmente a trabalho, problemas familiares, financeiros e com a saúde, em todas as áreas do ensino universitário.

Os motivos “trabalho” e “problemas familiares”, em relação à perda/trancamento de disciplinas, mostram que as questões de classe e gênero estão imbricadas ao desempenho acadêmico das mulheres-universitárias.

Desse modo, parcela significativa das mulheres declarou que o principal problema enfrentado na família, enquanto mulheres, é o exercício de atividades domésticas, e estas são as atividades consideradas como as menos satisfatórias quase todas as entrevistadas. O acúmulo de responsabilidade no âmbito doméstico é repudiado por conta da exclusividade feminina em seu exercício, algo percebido e criticado pelas estudantes, trabalhadoras ou não. As seguintes falas expressam tal repúdio:

“Sempre o trabalho doméstico é da mulher.”

“Fazer tarefas domésticas por ser mulher.”

“Fico com todas as tarefas domésticas, além de trabalhar e ainda estudar. Horrível.”

“Falta de tempo para todas as atividades domésticas e com o filho.”

Assim, a dupla jornada de trabalho é enfrentada também pelas mulheres-universitárias alagoanas, agravada quando a estudante-trabalhadora é também mãe, ocasionando problemas no desempenho acadêmico.

Esses dados nos ajudam a refletir sobre quão difícil é o cotidiano das trabalhadoras, estudantes ou não, em Alagoas e no país como um todo, conforme demonstrado nas pesquisas que discutimos no presente artigo. Reafirma-se, portanto, que o aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho e o crescimento dos seus níveis de escolaridade, acompanham as desigualdades resultantes da relação dominante/dominado que marcam profundamente as relações de gênero, as quais implicam perdas não só para as mulheres, mas fundamentalmente para o conjunto da classe da trabalhadora.

Considerações finais

A opressão de gênero e as demais discriminações sociais têm uma determinação de classe, pois são norteadas pelo mundo do trabalho. O capital alcança um nível de extração de mais-valia ainda maior quando explora grupos sociais discriminados. Assim, a questão de classe não é uma categoria a mais para a análise da realidade, sendo preciso compreender sua determinação nas relações sociais em geral. A gênese da situação social das mulheres advém, portanto, da maneira “como a mulher trabalhadora concilia sua condição de reprodutora do capital e de força de trabalho”, como afirma Toledo (2005).

Portanto, é necessário que mulheres e homens considerem a lógica do capital de forma una, em sua totalidade, ou seja, os âmbitos da produção e da reprodução, para que analisem a realidade na perspectiva de classe e gênero das práticas cotidianas, pois a separação entre essas duas categorias é a reprodução da opressão.

O discurso atual que entoia uma liberdade feminina, amparando-se principalmente na “diversificação” de sua inserção no mercado de trabalho e no aumento de sua escolarização, é um discurso que, embora traga alguns dados de realidade, é fundamentalmente contraditório, pois tem como pano de fundo a ideologia burguesa/patriarcal, mantendo o gênero feminino preso à família, com argumentos que naturalizam o social.

A ideologia chama a mulher para o mercado de trabalho porque a mão-de-obra é mais barata, menos reivindicativa, mas não pode deixar de frisar que o lugar primordial ainda é a manutenção da reprodução do tipo de família e de indivíduos que respondem à produção.

[..] o que se tem na base fundante dessa problemática é um aumento da individuação feminina (fruto da luta das mulheres), tornando contraditória sua participação na sociedade. Se se comparar a mulher de hoje com a do início do século passado, a diferença é enorme. A grande maioria está sob a lógica do modo de produção capitalista e vem conseguindo obter certo *status* de cidadã, próprio de cada sociabilidade deste sistema. No entanto, a individuação se choca com a submissão. Por isso, o discurso tem de ser dúbio, pois deve ser um discurso que enaltece a liberdade, o trabalho, a escolarização feminina e, ao mesmo tempo, crie um efeito discursivo que não deixe as mulheres esquecerem que seu lugar primordial é a casa, que

seu espaço fundante é o da família, pois, como vimos, é dessa forma que as relações de produção ainda estabelecem as relações entre os sexos na sociedade contemporânea. (MAGALHÃES, 2005, p. 42).

De tal modo, no tocante à reprodução da subjugação feminina na contemporaneidade, é inevitável o debate sobre o problema da articulação entre vida familiar e profissional e, imbricada a isso, a organização social da vida cotidiana.

Importante ressaltar que tal problemática da conciliação de atividades, isto é, a dupla jornada de trabalho, foi e é suscitada em larga medida pelas lutas encabeçadas pelo feminismo proletário, lutas que apontam os problemas comumente denominados “questões de gênero” como problemas que têm fundamento último na posição de classe, através de reivindicações como creches e lavanderias públicas, legalização do aborto, dentre outras. Essas lutas podem modificar o código do mundo do trabalho, e contribuir com o necessário questionamento da lógica que o sustenta, qual seja, a lógica do capital. Possibilitam também o questionamento da política que fragmenta a classe, articulando as opressões em geral à exploração do trabalho.

Nesse sentido, compreendemos que somente uma sociabilidade emancipada do jugo do capital pode proporcionar igualdade verdadeira entre homens e mulheres, na qual as relações de produção priorizem as necessidades humanas, pois a igualdade de gênero, assim como as demais, exige a igualdade nas relações humanas em geral, tarefa histórica dos sujeitos explorados em seu conjunto. As diferenciações intra-classe, a exemplo da opressão de gênero, não podem ser subsumidas às questões gerais, por outro lado, para serem combatidas de forma consequente, devem ser articuladas ao horizonte comum: a ausência da sociedade de classes.

Bibliografia

ABRAMO, Laís. A Situação da Mulher Latino-americana – O Mercado de Trabalho no Contexto da Reestruturação. In: CAPELLIN, P. ET ALLI. (org.). **Mulher e Trabalho**: Experiências de Ação Afirmativa. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

ANDRÉE A. ET ALLI. **O Sexo do Trabalho**. Vol.: 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BARROSO, Carmem. **Mulher, Sociedade e Estado no Brasil**. São Paulo: Brasiliense; UNICEF, 1982.

BRUSCHINI, Cristina. Gênero e Trabalho no Brasil: Novas conquistas ou persistência da discriminação? (Brasil 1985/95). In: ROCHA, M. (org.). **Trabalho e gênero: Mudanças, permanências e desafios**. São Paulo: ED. 34, 2000.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

LUKÁCS, George. **O Trabalho**. Tradução de Ivo Tonet. Maceió: 1997, mimeo.

MAGALHÃES, Belmira. Uma análise da representação de gênero na literatura brasileira contemporânea. In: **Revista EXU Nº35**. Fundação Casa Jorge Amado. Abril/Junho, 1997, p. 28-33.

_____. ET ALLI. **Gravidez, saúde e Estado**. Curitiba: HdLivros, 1998.

_____. Trabalho, Gênero e Educação. In: MAGALHÃES, B.; BERTOLDO, E. (org.). **Trabalho, Educação e Formação Humana**. Maceió: Edufal, 2005.

_____. **As Marcas do corpo contando a História**. Maceió: Edufal, 2005.

MARUANI, M.; HIRATA, H. (org.) **As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: HUCITEC, 1993.

MÉSZÁROS, István. A Ativação dos Limites Absolutos do Capital. In: _____. **Para Além do Capital: Rumo a uma Teoria da Transição**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

TOLEDO, Cecília. **Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide**. São Paulo: Instituto José Luís & Rosa Sundermann, 2005.